



## SIGNIFICAÇÕES DO PENSAMENTO DE URBANISTAS SOBRE A PRODUÇÃO DA CIDADE E O ESPAÇO DA CIDADE DESTINADO A CRIANÇA

Gustavo Henrique Kenji Shiraishi (PPGE/UFMT) – [gustavokshiraishi@gmail.com](mailto:gustavokshiraishi@gmail.com)

GT 9 - Educação, Infâncias e Crianças

### Resumo:

Este trabalho articula uma discussão sobre a percepção dos espaços da cidade e como isso influencia a produção da cidade para as crianças. A discussão teórica orienta-se nos pressupostos da Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2013; JODELET, 1982, 2001, 2002, 2005; MARKOVÁ, 2017) em diálogo com Teoria Histórico-Cultural (VIGOTSKI, 2010) e pelo aprofundamento no conceito de representações socioespaciais (JODELET, 2001; DE ALBA, 2011), em interlocução com discussões sobre espaço (TONUCCI, 2005; TUAN, 1980, HARVEY, 2008; SENNETT, 1988) e com a imagem social da criança (SARMENTO, 2007). O desenho metodológico se dará a partir do recorte das entrevistas realizadas na dissertação de mestrado nomeada “Cuiabá das crianças?: representações sociais de urbanistas sobre o espaço urbano para as crianças” e sua análise decorreu por meio das orientações dos Núcleos de significação (AGUIAR; OZELLA, 2006). Fica possível constatar o esvaziamento da produção do espaço urbano a partir da falta, do não-pensar, da não-continuidade, da negação do espaço. O único espaço de reconhecimento da criança se dá a partir da sua condição de aluno. Há também perspectivas para pensar a criança na cidade, mas é preciso trabalhar nessa ideia e repensarmos a condição desse grupo em relação com a cidade que os cercam.

**Palavras-chave:** Representações Sociais. Representações Socioespaciais. Cidade.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é decorrente da construção de uma dissertação de mestrado em desenvolvimento, nomeada “Cuiabá das crianças?: representações sociais de urbanistas sobre o espaço urbano para as crianças”, sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFMT) e inspirada nos estudos sobre cidade desenvolvidas no Grupo de Pesquisa em Psicologia da Infância (GPPIN). Se refere uma pesquisa qualitativa (LUDKE; ANDRÉ, 1986) e o recorte para este estudo será trabalhado a partir da análise de caso único (MARKOVÁ, 2017).

A análise será articulada a partir dos estudos da Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2013; JODELET, 1982, 2001, 2002, 2005; MARKOVÁ, 2017) e na Teoria Histórico-Cultural (VIGOTSKI, 2010), indicando a função de participação ativa na construção com o coletivo e sua realidade.

A teoria das representações sociais, por meio de seus estudos sobre representações socioespaciais (JODELET, 2001; DE ALBA, 2011) tem mostrado a relevância dos estudos sobre a cidade em articulação com a noção do potencial identitário dos lugares (PROSHANSKY, 1976 apud JODELET, 2002), neste caso, dos espaços urbanos

destinados as crianças inscritos nas políticas públicas que orientam o planejamento urbano e delineiam as estruturas de oportunidade para aprendizagem e desenvolvimento das crianças, definindo seus modos de vida.

Em adição são realizadas interlocuções com estudos sobre a participação das crianças no espaço da cidade (TONUCCI, 2005) e com o conceito de Geografia da Infância (LOPES, 2017), uma vez que essas áreas de pesquisa se fazem a partir do reconhecimento das ações humanas, conferindo importância para a contribuição das crianças, espacialmente localizadas. Neste sentido, destaca-se a possibilidade da construção coletiva e democrática do espaço urbano se dar também a partir do exercício de escuta das crianças. Os estudos sobre lugar e afetos se fazem presente, uma vez que a relação do indivíduo com a sociedade é permeada pelos afetos (TUAN, 1980).

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 INTERLOCUÇÕES ENTRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL**

Ao estabelecer um diálogo interdisciplinar que toma a cidade como um contexto educacional e formativo, o presente estudo apoia-se nos pressupostos da Teoria das Representações Sociais e da Teoria Histórico-Cultural para refletir sobre a relação entre o projeto representacional de uma cidade, objetivado pelo seu traçado urbanístico e as oportunidades de desenvolvimento infantil, forjando processos identitários.

A perspectiva das representações sociais (RS) pode ser definida como uma forma de compreender e interpretar a realidade. Moscovici (2013) sugere que as RS são elaborações de sujeito/grupo, em articulação com a realidade na qual os indivíduos estão inseridos e levando em consideração seus saberes. Trata-se de uma perspectiva possível para compreensão dos diversos fenômenos e objetos do mundo social.

Jodelet (2001, p.22) afirma que as RS “é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Essa forma de conhecimento está intrinsecamente ligada à como os grupos organizam seu pensamento, de contribuir para sua identidade social além de elaborar metodologia de resolução dos problemas cotidianos.

Vigotski (2010), a partir da Teoria Histórico-Cultural, compreende o desenvolvimento humano a partir da Lei Geral do Desenvolvimento cultural, processo

que perpassa pelo produto social, cultural e histórico. O autor destaca que o meio é uma fonte importante no desenvolvimento, uma vez que ali contém produtos da nossa cultura. É na relação com este meio que é possível o entendimento dos signos existentes e uma construção singular de uma unidade de sentido, primada na relação com pares além do espaço público, suas possibilidades de participação, de percepção dos acontecimentos além dos afetos que permeiam os convívios.

Segundo Jodelet (2001), nossa identidade se estabelece em contato com o meio ambiente físico, por um conjunto complexo de ideias, conscientes e inconscientes, que evocam nossas crenças, preferências, sentimentos, valores e objetivos. Alba (2011) destaca a importância da descrição dos lugares, uma vez que isso remete a uma maior ou menor apropriação desse espaço. A riqueza de descrições de um lugar pequeno pode estar diretamente ligada a uma experiência da criança com o lugar. Em contrapartida, a falta de detalhes de lugares grandes pode remeter a uma simplificação do contato. Assim, o detalhamento do espaço frequentado pela criança está intimamente ligado pelos afetos e vivências.

## 2.2 ESPAÇO URBANO E APROPRIAÇÕES

O debate sobre a criança no espaço urbano, além de se apoiar nos estudos sobre representações sociais, prescinde do diálogo com os estudos de Lopes (2017) sobre Geografia da Infância. Essa área de pesquisa e estudos se faz a partir do reconhecimento das ações humanas, conferindo importância para a contribuição das crianças, localizadas em um tempo e espaço, tornando-se ações espaciais. O autor recorre a professora e pesquisadora Marta Muchow, pioneira nos estudos de compreensão entre espaços e crianças, a partir da análise sobre espaço urbano.

Muchow procurou questionar e problematizar esses espaços, entendendo que o espaço urbano não é possível entender a partir de números, mas de materialidade e subjetividade. Este espaço urbano é vivenciado de diferentes formas pelos seus diferentes moradores, de acordo com suas vivências e experiências. Assim também se faz pelas crianças, com percepções diferentes em relação aos adultos a um mesmo espaço. Essas observações diferenciadas pelos grupos permitem estabelecer uma diferenciação entre o mundo das crianças e o mundo dos adultos. Demarcações de gênero, idade e inserção escolar também se fazem presentes quanto a ocupação e pertença dos espaços urbanos. O espaço da rua é entendido como uma segunda casa, promovendo uma transposição de

barreiras entre interior e exterior. O espaço de vida das crianças fica mais nítido quando analisa as estruturas do mundo adulto, as ressignificações presentes, a forma singular de reinterpretar a realidade que ali se faz presente.

Tonucci (2005) aponta para importância da participação das crianças na elaboração das políticas públicas, possibilitando a garantia do direito a cidade. Os questionamentos propostos servem de força para a formação e continuidade desse trabalho. O interesse e a necessidade de se conhecer e pesquisar o espaço, a criança e sua pertença, bem como seus afetos e desafetos, localizados geograficamente no espaço da cidade, favorece uma compreensão crítica deste mundo que nos cerca. Assim, sua participação e voz ativa na construção da sua realidade se fazem necessária. Ainda segundo o autor, as cidades tem sido organizadas com base na ideia dos adultos, com considerações e propostas pensadas sumariamente em suas organizações. O autor apresenta uma reflexão acerca das preocupações dos adultos sobre segurança das crianças quando estão nos espaços externos. Ele acredita que a segurança é necessária e importante, porém não se devem privar as crianças da experimentação e da vivência de novos desafios.

Lopes (2019) anuncia uma nova forma de lidar com o espaço. Conceituada por amorosidade espacial, é entendida como uma possibilidade de compartilhar os espaços ocupados pelas crianças, reconhecendo suas formas singulares de vivências. Vivência refere-se à convivência, “espaços desacostumados”. Para o autor, ser disponível aos espaços desacostumados é reconhecer a existência do outro, é amorosidade espacial como forma de liberdade geográfica, histórica, regida pelo afeto e intelecto. A amorosidade espacial não reflete a lógica individualista da contemporaneidade, mas se faz e reafirma na exuberância das formas como as crianças conseguem compreender os espaços que participam. Segundo Tuan (1980) nos apresenta dois conceitos importantes para diferenciar os espaços, ambos permeados por afetos: topofilia e topofobia. Por topofilia se entende um lugar recheado de afeto, prazer e conforto. Em oposição, topofobia representa o desafeto, aversão e mal estar sobre determinados espaços. Diferencia também os conceitos de espaço e lugar. Espaço diz sobre o espaço físico. Lugar remete a uma dimensão do afeto, atribuição de sentido e desenvolvimento da identidade.

Harvey (2008) tece críticas ao sistema capitalista, uma vez que sua produção nega direitos à cidade. Em seu trabalho, apresenta os casos de países, como EUA, Espanha e Grã-Bretanha, e a cidade de Paris, que os direitos a cidade se tornaram interesses privados. Desta maneira, esse espaço se torna confinado, restrito, com acesso apenas das elites

políticas e econômicas. A exclusão e falta de acessos desses espaços representa um esvaziamento desses lugares.

Para Sennett (1988), o espaço diz respeito sobre transitar entre espaços, e não permanência. O referido autor entende que a vida pública é uma obrigação, tanto para ações políticas quanto para relacionamento com outras pessoas. A falta de acesso a estes lugares acaba por gerar uma invisibilidade social. Provoca também um aumento em vivências mais íntimas, organizada em uma ordem psicológica correlacionada ao eu, em contraste a participação pública, como o compromisso social ou vida coletiva. A intimidade assume então o papel de resolubilidade do problema público. Ainda segundo o autor, destaca que a existência social de um indivíduo está relacionada com sua vida pública e que os desgastes desta vida pública influenciam e provocam um estremecimento de nossas relações, públicas e íntimas.

### 3 METODOLOGIA

Conforme citado na introdução, o projeto nomeado “Cuiabá das crianças?: representações sociais de urbanistas sobre o espaço urbano para as crianças”, está sendo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFMT) e com aprovação do Conselho de Ética em Pesquisa (CEP/Humanidades/CAAE nº38522720.8.0000.5690). Serão apresentados alguns recortes das entrevistas sobre o espaço da cidade para a criança. Os quatro Urbanistas em questão têm formação na área de Arquitetura e Urbanismo e atuam na cidade de Cuiabá-MT. Para fins entendimento na análise e cuidados quanto a identificação dos entrevistados, os nomearei como “P1”, “P2”, “P3” e “P4”

A interpretação dos dados foi realizada a partir da técnica de núcleo de significações (AGUIAR; OZELLA, 2006). É preciso compreender signos e significados. Signos são compreendidos como “instrumentos convencionais de natureza social, são os meios de contato com o mundo exterior e também do homem consigo mesmo e com a própria consciência” (AGUIAR, 2000, p. 129 apud AGUIAR E OZELLA, 2006, p. 225). Significados referem-se aos “conteúdos instituídos, mais fixos, compartilhados, que são apropriados pelos sujeitos, configurados a partir de suas próprias subjetividades” (AGUIAR E OZELLA, 2006, p. 226).

Pensar sobre sentido e significado nos ajuda a compreender como são constituídas as unidades simbólicas e emocionais dos sujeitos. Para os autores, os significados são o

ponto de partida, uma vez que o trabalho de análise e interpretação se desenvolve de maneiras não-lineares, orientando-se a partir dos sentidos. Sentido, então, é uma concepção mais abrangente que o significado, uma vez que a constituição de sentido orienta nossos entendimentos sobre mundo, contexto e realidade.

#### 4 ANÁLISE

Serão descritas a seguir algumas formulações das entrevistas com os urbanistas e ponderações sobre as mesmas. A primeira reflexão diz sobre a criança na cidade. Algumas reflexões se destacam nesse ponto como: 1) A condição da criança na cidade é vista como ausente e restrita; 2) Falta naturalidade na relação da criança com a cidade; 3) Medo e temeridade intermedem a relação da criança com a rua; 4) A preocupação com o espaço é produzida a partir da lógica capitalista, se é ou não rentável.

Nas falas significativas sobre a criança na cidade, destacam-se: “A cidade não está sendo pensada nem para adultos nem para ninguém.” (P4); “Olha, vou dizer que ela não está sendo pensa a muito tempo. O planejamento urbano não pensa a criança na cidade. Ela não evoca, no máximo que temos é quando fazem empreendimento habitacional ou creche.” (P1); “Eu considero que, de forma geral, nós enquanto sociedade não estamos sequer fazendo cidade para pessoas” (P2). A produção da cidade para as crianças é esvaziada, não evocando qualquer reflexão dos profissionais sobre essa categoria. É ainda um maior complicador notar como o espaço da cidade não é pensado de forma geral. Fica o questionamento: qual é a cidade que está sendo produzida?

A falta de naturalidade da relação da criança com a cidade é retratada a partir dos relatos dos urbanistas que, ao pensarem a cidade atual, comparam a suas experiências prévias. Podemos percebê-las a partir dos discursos: “tomar banho de rio. É uma coisa que a minha geração ainda fazia " Ah vamos todo mundo toma banho no rio" ou "Ah vamos pescar lá na capela e tomar banho. [...] Então esses espaços que eu estou querendo dizer que estão na cidade, fazem parte e que as crianças e a gente usavam muito isso. Hoje eu acho que isso está um pouco mais um restrito por uma série de circunstâncias” (P3); “Eu sinto que a cidade envelheceu, um ambiente favorável ficou praticamente um ambiente onde o cidadão, de todas as idades, está temeroso [...] Eu lembro do meu tempo de criança que a gente, eu com 10/12 anos morava aqui no bairro do Quilombo. Eu ia ao centro da cidade à noite, não tinha luz nem na rua não tem asfalto, e a gente saía à noite para assistir filme, para passear no jardim, encontrar os amigos, voltava, ia para escola a

pé todo dia.” (P4). Para se referir a essas vivências no espaço público, eles tencionam o passado e o presente para delimitar o que está ausente, que é uma presença de uma ocupação espontânea do espaço. Eles revelam a transformação do urbano, que antes era um urbano-rural e agora é um urbano-selvagem. Assim, para as futuras gerações, a cidade não se repôs mais.

Essa transformação do espaço urbano promoveu a retirada da rua como um espaço das crianças. A violência e o medo do urbano foi retirando a possibilidade das crianças, conforme se observa a seguir: “Hoje as pessoas têm medo disso, da criança, que ainda não teriam medo original, mas através do pai ou da mãe ou do avô começa a receber essa carga de amedrontamento, de colocar “não vai porque é perigoso”, “tá saindo uma hora dessa”, “não vai comprar pão”, “não vai comprar bala”, “não vai ali no mercadinho sozinho porque é perigoso”. Desde cedo recebe uma carga de amedrontamento contra a cidade, que é uma coisa perigosa.” (P3); “A gente fica com receio de ver que as pessoas estão ficando com medo de usufruir da cidade, tem medo de andar na cidade, sai de casa do apartamento para o carro, para escola, para o shopping e na verdade parece que numa fuga da vida da cidade, da rua, ir andando para rua brincar de bicicleta e ir subir na árvore, de ter os espaços livres e seguros. [...] Eu sinto que a cidade envelheceu, um ambiente favorável ficou praticamente um ambiente onde o cidadão, de todas as idades, está temeroso” (P4). Essa temeridade de convívio e consumo do espaço da cidade diminui as interações que as crianças tem com a cidade, transformando o espaço da cidade como um espaço de bolhas, onde cada grupo frequenta seu próprio espaço.

Por fim, a preocupação com a lógica capitalista se faz presente ao pensar a constituição do espaço. Destacam-se: “deve fazer falta para essas crianças de hoje ter essas relações assim mas naturais com essas áreas da cidade, com essas regiões que não são espaços artificiais, de parque ou de shopping” (P3); “o que eu vejo não há uma discussão sobre cidade, não há uma preocupação sobre isso, é uma mera preocupação se é rentável ou não determinado empreendimento, é rentável o ou não para um determinado grupo expandir a cidade, cortar a cidade por essas vias, intermitências de carros e que se dane o resto.” (P2); “tem medo de sair para a cidade, então fica cada um cada grupo morando em sua bolha, frequentando seu Shopping, o seu condomínio ou a sua própria casa” (P4); “Orla do rio Cuiabá não tem área infantil. Não tem um lugar para criança que não seja esse carrinho elétrico que estão andando na calçada ou que não seja o pula-pula que você tem que entrar no barzinho para alugar. O que a gente acha muito bom maravilhoso em Cuiabá é que tem muito barzinho para sair e tomar uma cerveja. É isso

que eu vejo. E as crianças ficam na volta disso aí” (P1). Essa organização da cidade mediante ao capital, com a sua preocupação de rentabilidade, de organização do mundo adulto e, na conveniência desse adulto, a criança faz parte de um problema que o adulto precisa resolver, aí ela existe e são pensados os espaços, como o pula-pula dentro de um bar.

A segunda reflexão parte do pensamento do espaço da cidade para as crianças. Em uníssono, o espaço da cidade é negado para as crianças. Questões como “não é pensado para as crianças” (P2); “não está sendo pensada a muito tempo” (P1); “Olha muito pouco, muito pouco mesmo” (P3). Se nas falas da criança na cidade se mostravam esvaziadas, o espaço da cidade para as crianças também segue a mesma lógica. Coube aos urbanistas pensar nas possibilidades de espaço, entre eles: “Dívida grande” (P3); “Incentivo ao consumo local dos espaços” (P3, P4); “Os espaços das crianças é consequência dos espaços para os adultos” (P1). O que resta do espaço da cidade para a criança frequentar é a escola. Mas, mais do que isso, é o lugar que ela vai se capacitar para ser um ator do capital. Ela vai ter uma utilidade nessa sociedade. Sarmiento (2007) nos fala sobre as imagens sociais da criança, diferenciando a noção de aluno da discussão de criança. Aluno está associado a um ser produtivo, um sujeito ligado a aprendizagem, a formação técnica. Criança está associada a alegria e afeto. Se o único espaço da cidade para a criança legitimado é a escola, então significa que a sociedade só reconhece a criança quando ela se transveste de aluno.

A terceira reflexão focou em como a relação criança-cidade é abordada nas políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento urbano. Novamente as disposições da relação foram pautadas a partir da falta. “No Brasil funciona um pouco assim, não tem uma consistência, uma constância na abrangência capaz de ter que aquilo seja uma política pública de fato, que acompanha uma sequência, que não se interrompe a cada gestão, que perde o sentido. Elas mais ou menos cumprem esse papel com algumas áreas como os parquinhos e só” (P3); “Nós não temos uma política de desenvolvimento urbano. Nós temos ações pontuais que não tem essa leitura do todo, do território” (P2); “Não são. Eles, quando trata, trata mais da criança no sentido de assistência social, assistência livro, no bem estar da criança” (P1). O que se tem de planejamento para essa relação são questões estruturais, como o plano diretor, os parques, preservação de fauna e flora, assistência social e espaços para animais.

Mesmo que os discursos partam da falta, há perspectiva de possibilidade para (re)pensar essa relação construindo vivências e pertencimentos: “seria interessante fazer



com as crianças para elas começarem a sentir esse pertencimento. Eu penso que a gente tem que começar a mostrar esse centro para as crianças e contar que ele tem história. [...] Seria tão legal pegar um morador do centro num sábado à tarde, depois da pandemia, sentar naquele centro histórico e esse morador contando histórias para as pessoas.” (P1).

A última questão discutida no presente trabalho se refere como as peculiaridades infantis são consideradas nos processos de planejamento urbano. A perspectiva dos Urbanistas se aproxima nessa condição, conforme os relatos a seguir: “não são consideradas” (P1, P2); “nunca vi nenhum projeto específico” (P4). A perspectiva da criança existe quando está atrelada a projetos escolares: “no caso de algum projeto arquitetônico específico, área especial na área da escola, alguma coisa assim na área de educação” (P4); “Trabalham mais na área de Educação e de assistencialismo” (P1); “normas que traz algumas referências de distância de escolas, de locais de caminho de acesso para crianças” (P3). Novamente, a condição da criança no espaço da cidade está diretamente ligada à sua condição de aluno, gerando assim uma utilidade desse indivíduo em nessa sociedade.

Os urbanistas compreendem algumas das peculiaridades infantis (“Gosta de explorar/experimentar”, “Não precisa de formatação”, “Espaço para brincadeira lúdica”, “Coordenação motora”, “Atenção”) e desatenções que existem nesse espaço (“Espaço que de conta da peculiaridade da criança e seus acompanhantes”, “Falta de sensibilidade”, “Lugar comum”, “Falta de espaço”). Por fim, cabe uma reflexão a partir de uma fala do P4, sobre a forma de organizar o espaço público: “Quando você “desenvolver”, você desamarra, “des-envolve”, “des-cobre”. Eu acho que é isso que a gente tem que garantir para criança, essa grande brincadeira e parece que nós fazendo estamos no inverso do desenvolvimento urbano, está indo no rumo do envolvimento das casas, dos apartamentos, do Shopping, das bolhas de cada um”. Pensar a (re)construção do espaço a partir da amorosidade espacial parece uma oportunidade para pensarmos o envolvimento que precisamos ter com a cidade e as consequências de não participação desse espaço. Ainda segundo P4, seria possível ousarmos pensar numa nova possibilidade de pensar a cidade “a partir do ponto de vista da criança a gente recomendar a discutir a cidade como um direito de todos”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou alguns fragmentos das perspectivas dos urbanistas

sobre a produção do espaço da cidade para as crianças. Nas reflexões apresentadas, é possível perceber o esvaziamento da criança em todos os âmbitos da cidade, assim como a cidade também não é pensada para nenhuma outra categoria. No que diz respeito sobre as crianças, sua única perspectiva de existência na cidade está ligada aos espaços da escola, reconhecida através da condição de aluno.

O espaço da cidade é permeado pelo medo, pela falta de sensibilidade quanto aos espaços, produzido a partir de suas bolhas, da consequência do espaço para os adultos. Este último denuncia como os espaços para as crianças são a partir dos bares, dos shoppings, com uma preocupação voltada para a rentabilidade, reforça os achados de Harvey (2008), uma vez que nega a possibilidade de espaço destinado as infâncias.

Há também a esperança de possibilidades, de ações que possam possibilitar uma outra comunicação, uma nova organização. Participar da rua, da cidade, produzir espaços que possam ajudar na construção de um mundo lúdico, que dê atenção as perspectivas das crianças são maneiras para podermos repensar nossa cidade. Assim como disse o urbanista P4, é preciso "des-envolver" nossa forma raciocinar sobre esse espaço. É preciso empenho do poder público nessa jornada, um plano que possa ser desenvolvido para e com as crianças. Mas, isso também significa uma mudança forma de ver esse grupo. O que nos resta é continuar lutando por mudanças e possíveis adequações em torno da criança na condição de cidadã.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia, Ciência e Profissão*. Brasília, DF, v. 26, n. 2, p. 222- 245, jun. 2006.
- ALBA, M. Representações sociais: estudos metodológicos em educação. PRADO, C., et al (orgs). Curitiba: Champagnat; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2011.
- HARVEY, D. O direito à cidade. Trad. Jair Pinheiro. *New Left Review*, n. 53, 2008.
- JODELET, D. As representações sócio-espaciais da cidade. In: DERYCKE, P.-H. (Org.). *Concepções de espaço*. Universidade de Paris, 1982, p. 145-177.
- JODELET, D. *As representações sociais: um domínio em expansão*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- JODELET, D. *Loucuras e representações sociais*. Prefácio Serge Moscovici. Tradução Lucy Magalhães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

- JODELET, D. A cidade e a memória. In: DEL RIO, V.; DUARTE, C. R.; RHEINGANTZ, P. A. (Org.). Projeto de Lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, (Coleção ProArquitetura). p. 31-43. 2002.
- LOPES, J. J. M., & FICHTNER, B. O espaço de vida da criança: contribuições dos estudos de Marta Muchow às crianças e suas espacialidades. Revista De Educação Pública, 26 (63), 755-774, 2017.
- LOPES, J. J. M. Entrevista com o professor Jader Janer. Giramundo. Rio de Janeiro. v. 6, n. 12, p. 117-140, 2019.
- LUDKE, M. & ANDRÉ, M. E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986.
- MARKOVÁ, I. A.. A fabricação da teoria de representações sociais. Cadernos de Pesquisa, 47(163), 2017.
- MOSCOVICI, S.. Representações sociais: investigações em psicologia social. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2013.
- SARMENTO, M. J. Visibilidade social e estudo da infância. Infância, 2007
- SENNETT, R. O Declínio do Homem Público-As tiranias da Intimidade, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- TUAN, Y.. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.